


## FS03 - CONTROLADOR INTERNO



Tipo de Prova
<b>1</b>

Turno: MANHÃ  
Nível: SUPERIOR  
Duração da prova: 3h30min

 É obrigatório marcar o tipo de prova no cartão de respostas para que sua prova seja corrigida. A não marcação resultará na não leitura do cartão, o que implicará na eliminação automática do(a) candidato(a) do Concurso Público.

---

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

**“Uma vida sem desafios não vale a pena ser vivida.” (Sócrates)**

---

**Você recebeu do Fiscal da Sala os seguintes materiais:**

- O Cartão de Respostas e a Prova Objetiva. Verifique se os dados impressos no Cartão de Respostas estão corretos. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal da Sala.
- Este caderno de Questões contém **50 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA** distribuídas em **PÁGINAS NUMERADAS**. Ao terminar a conferência no Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Verifique se a prova recebida é do cargo correspondente ao que você se inscreveu.

**Por motivo de segurança:**

- Só é permitido o uso de caneta esferográfica, fabricada em material transparente, preferencialmente, de tinta preta.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar o Termo de Sala.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

**ATENÇÃO:**

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando a substituição.
- O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

**BOA PROVA!**

---

## LÍNGUA PORTUGUESA

### TEXTO I

#### Explicar não é justificar

Os gregos e os romanos aceitavam a escravidão porque não imaginavam que uma sociedade pudesse funcionar sem escravos. Como o filósofo Sêneca, insistiam apenas em que se reconhecessem alguns direitos aos escravos: que fosse, por exemplo, proibido utilizá-los com finalidades sexuais. Estamos na mesma posição quando se trata da pobreza. Estamos convencidos de que uma sociedade justa deve procurar erradicá-la. Mas, como não conseguimos conceber os meios que permitem atingir esse objetivo, aceitamos que uma sociedade comporte grandes bolsões de pobreza. Em contrapartida, não hesitamos em condenar a prática da escravidão.

(Raymond Boudon, O relativismo. Trad. de Edson Bini. São Paulo: Loyola, 2010. p. 41)

#### Questão 1

O texto I apresenta dois enfoques:

- (A) o dos gregos e o dos romanos.
- (B) o dos romanos e dos escravos.
- (C) o da escravidão e o da pobreza.
- (D) o dos romanos e dos escravos pobres.
- (E) o da escravidão e das finalidades sexuais.

#### Questão 2

Pode-se afirmar, no texto I, que o autor faz uma comparação com o excerto:

- (A) “Os gregos e os romanos aceitavam a escravidão...”.
- (B) “Estamos na mesma posição quando se trata de pobreza”.
- (C) “... não hesitamos em condenar a prática da escravidão”.
- (D) “Estamos convencidos de que uma sociedade justa deve procurar erradicá-la”.
- (E) “... que fosse, por exemplo, proibido utilizá-los com finalidades sexuais.”

#### Questão 3

No trecho “Os gregos e os romanos aceitavam a escravidão **porque** não imaginavam que uma sociedade pudesse funcionar sem escravos”, o termo em destaque é uma conjunção coordenativa:

- (A) conclusiva.
- (B) explicativa.
- (C) adversativa.
- (D) aditiva.
- (E) alternativa.

#### Questão 4

Considerando as diretrizes da gramática normativa, faz sentido o seguinte comentário:

- (A) “Os gregos e os romanos aceitavam a escravidão...”. (O verbo concorda apenas com “romanos”)
- (B) “(...) que fosse, por exemplo, proibido...”. (As vírgulas podem ser suprimidas.)
- (C) “(...) alguns direitos aos escravos: que fosse...”. (Os dois pontos introduzem uma fala)
- (D) “(...) que fosse, por exemplo, proibido utilizá-los (...)”. (“utilizá-los” refere-se ao termo “direitos”)
- (E) “Mas, como não conseguimos conceber os meios...”. (“Mas” pode ser substituído por “Porém”)

#### Questão 5

No texto I, o trecho “Estamos convencidos de que uma sociedade justa deve procurar **erradicá-la**.”, o termo destacado refere-se:

- (A) pobreza.
- (B) escravidão.
- (C) sociedade.
- (D) direitos.
- (E) finalidades sexuais.

#### Questão 6

As regras de concordância nominal são totalmente cumpridas na frase:

- (A) era novo o carro e a casa.
- (B) permaneciam simpáticas tia e sobrinho.
- (C) as milhares de crianças cantavam alegremente.
- (D) é proibido as entradas.
- (E) o caso foi bastante vezes estudado.

**TEXTO II****Sofrimento psíquico em policiais civis: uma questão de gênero**

Apesar de concebida pelo senso comum como uma instituição predominantemente masculina, a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro admite também mulheres entre seus servidores. Em suas atividades diárias, elas relatam enfrentar dificuldades, frustrações e cobranças. Um estudo realizado pelo Centro Latino-americano de Estudos de Violência e Saúde (Claves), vinculado à Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp), uma unidade da Fiocruz, questionou 2.746 policiais, dos quais cerca de 19% eram mulheres, e descobriu que elas apresentam mais sofrimento psíquico que seus colegas de trabalho.

"Sofrimento psíquico é um conjunto de condições psicológicas que, apesar de não caracterizar uma doença, gera determinados sinais e sintomas que indicam sofrimento" explica a psicóloga Edinilsa Ramos de Souza, coordenadora do projeto. O problema pode ser causado por diversos fatores, inclusive as condições de trabalho, como falta de instalações adequadas, estresse e falta de preparo para a função. "No dia-a-dia, o policial precisa continuar com o seu trabalho e não pode demonstrar fragilidade", acrescenta. "Isso aumenta o sofrimento e, muitas vezes, faz com que o profissional somatize as questões psicológicas em problemas de saúde, como pressão alta, insônia e dores de cabeça".

(Catarina Chagas)

**Questão 7**

O texto II informa que o sofrimento psíquico:

- (A) é uma questão de gênero e atinge mais mulheres.
- (B) é uma questão que mostra o despreparo das policiais.
- (C) é um dilema que afirma a fragilidade das policiais.
- (D) em geral, é um dilema que atinge todos os policiais.
- (E) é somente uma questão psiquiátrica.

**Questão 8**

O texto II é predominantemente:

- (A) injuntivo instrucional.
- (B) dialogal.
- (C) dissertativo argumentativo.
- (D) injuntivo prescritivo.
- (E) dissertativo expositivo.

**Questão 9**

No segmento: "Sofrimento psíquico é um conjunto de condições psicológicas que, apesar de não caracterizar uma doença, gera determinados sinais e sintomas que indicam sofrimento", o emprego das aspas justifica-se por indicar:

- (A) neologismos e arcadismos.
- (B) falas de uma autoridade no assunto.
- (C) expressões que a autora destacou.
- (D) o modo irônico da autora.
- (E) o ponto de vista da autora.

**Questão 10**

Assinale a alternativa onde ambos os vocábulos são oxítonas:

- (A) gratuito – fortuito
- (B) protótipo – antífona
- (C) rubrica – bígamo
- (D) ereter – erudito
- (E) cateter – ruim

**Questão 11**

Assinale a frase cuja ortografia está de acordo com a norma culta.

- (A) Falávamos acerca de sofrimentos psíquicos.
- (B) Estávamos há cerca de treze metros do batalhão.
- (C) Acerca de dois anos fui policial civil.
- (D) O estudo aconteceu a cerca de dois anos.
- (E) Neste batalhão a cerca de duzentas mulheres.

**Questão 12**

Em "Catarina Chagas **foi** a autora do texto Sofrimento psíquico em policiais civis: uma questão de gênero.", o verbo destacado é:

- (A) transitivo direto.
- (B) transitivo direto e indireto.
- (C) de ligação.
- (D) intransitivo.
- (E) transitivo indireto.

**Questão 13**

Na sentença em destaque: “A policial é estimada pelos colegas.”, a função sintática do termo em destaque é:

- (A) sujeito.
- (B) adjunto adnominal.
- (C) agente da passiva.
- (D) adjunto adverbial.
- (E) objeto indireto.

**TEXTO III****Amar**

Que pode uma criatura senão, entre criaturas, amar? amar e esquecer, amar e malamar, amar, desamar, amar? sempre, e até de olhos vidrados, amar? Que pode, pergunto eu, o ser amoroso, sozinho, em rotação universal, senão rodar também, e amar? amar o que o amar traz à praia, o que ele sepulta, e o que, na brisa marinha, é sal, ou precisão de amor, ou simples ânsia? Amar solenemente as palmas do deserto, o que é entrega ou adoração expectante, e amar o inóspito, o áspero, um vaso sem flor, um chão de ferro, e o peito inerte, e a rua vista em sonho, e uma ave de rapina. Este o nosso destino: amor sem conta, distribuído pelas coisas pérfidas ou nulas, doação ilimitada a uma completa ingratidão, e na concha vazia do amor a procura medrosa, paciente, de mais e mais amor. Amar a nossa falta mesma de amor, e na secura nossa amar a água implícita, e o beijo tácito, e a sede infinita.

(Carlos Drummond de Andrade)

**Questão 14**

O texto III é o soneto número XIII da coletânea de sonetos Via Láctea. O tema do amor, mote inspirador dos versos de Bilac, foi fruto da paixão que o poeta teve.

Os versos apaixonados transparecem:

- (A) a loucura de quem perdeu o grande amor para a morte.
- (B) alguém amado falecido que virou uma estrela.
- (C) o afeto de um recém-apaixionado que dialoga com as estrelas.
- (D) um astrônomo que vive a conversar com as estrelas.
- (E) o sentimento de se esperar o grande amor chegar.

**Questão 15**

Infere-se do texto III que:

- (A) há uma confirmação de amar mesmo na falta de amor.
- (B) amar é só um deserto de sofrimentos.
- (C) o amor é inatingível mesmo amando por um momento.
- (D) o amor nada mais é do que a dualidade do deserto e do mar.
- (E) o amor anula as escolhas da vida.

**Questão 16**

“Amar a nossa falta mesma de amor, e na secura nossa amar a água implícita, e o beijo tácito, e a sede infinita.”, o sinônimo da palavra tácito é:

- (A) aparente.
- (B) loquaz.
- (C) recôndito.
- (D) cristalino.
- (E) profuso.

**Questão 17**

“Amar solenemente as palmas do deserto, o que é entrega ou adoração expectante, e amar o inóspito, o áspero, (...)”, a palavra inóspito significa:

- (A) suportável.
- (B) inabitável.
- (C) afável.
- (D) acolhedor.
- (E) tolerável.

**Questão 18**

A função gramatical da palavra do título do texto III é:

- (A) verbo.
- (B) substantivo.
- (C) adjetivo.
- (D) advérbio.
- (E) interjeição.

**Questão 19**

“Posto que tivesse sido repreendido pela situação, não teve iniciativas.” O termo destacado é classificado como oração subordinada adverbial:

- (A) causal.
- (B) consecutiva
- (C) concessiva.
- (D) condicional.
- (E) temporal.

**Questão 20**

Assinale a alternativa que segue as orientações da gramática normativa.

- (A) Por quê não gravaram a cena?
- (B) Vocês faltaram por que?
- (C) Não fui ao encontro por que dormi.
- (D) Diga-me o por quê dessa confusão.
- (E) Por que você não vai ao teatro?

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Questão 21**

Um servidor público, ao tomar posse em um cargo de confiança, depara-se com uma situação em que um colega de longa data solicita a ele a antecipação de um processo licitatório, alegando que isso beneficiaria um amigo em comum. O servidor sabe que a antecipação do processo pode configurar favorecimento pessoal e violação aos princípios da administração pública.

Diante disso, qual deve ser a conduta ética mais adequada para o servidor público?

- (A) Atender ao pedido do colega, uma vez que se trata de um amigo em comum e a relação interpessoal deve ser priorizada.
- (B) Ignorar o pedido e prosseguir com o processo licitatório normalmente, sem comunicar a situação a nenhuma instância superior.
- (C) Recusar o pedido do colega e orientá-lo sobre os princípios da administração pública, destacando a importância da impessoalidade e da moralidade.
- (D) Encaminhar o pedido do colega para um superior hierárquico, sem se manifestar sobre a questão, para que a decisão seja tomada por outra pessoa.
- (E) Aceitar o pedido, mas apenas se o colega garantir que não haverá consequências negativas para o servidor público.

**Questão 22**

Preconiza o Art. 7º da Lei que trata das normas gerais de licitações e contratos administrativos que, caberá à autoridade máxima do órgão ou entidade designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei.

Sobre os requisitos para essa designação é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) os agentes designados devem ser, preferencialmente, servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública.
- (B) os agentes designados devem ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível, atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público.
- (C) a designação de agentes deve ser feita de forma a garantir a imparcialidade e a conformidade com os princípios da administração pública.
- (D) os agentes designados não podem ter vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com licitantes ou contratados habituais da Administração.
- (E) é permitida a designação de agentes que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau de licitantes ou contratados habituais da Administração, desde que não haja conflito de interesses declarado.

**Questão 23**

As políticas públicas são instrumentos fundamentais para a atuação do Estado na promoção do bem-estar social e no enfrentamento de problemas coletivos. Sobre o conceito, características e classificação das políticas públicas, analise as afirmativas abaixo.

- I. Políticas públicas são ações e programas desenvolvidos apenas pelo governo federal, sem a participação de outros entes federativos ou da sociedade civil;
- II. Uma das características das políticas públicas é a sua natureza dinâmica, pois elas são formuladas, implementadas e avaliadas em um processo contínuo e adaptativo;
- III. As políticas públicas podem ser classificadas como distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas, dependendo de seus objetivos e impactos na sociedade;
- IV. A participação social é um elemento dispensável no processo de formulação de políticas públicas, uma vez que a expertise técnica dos gestores públicos é suficiente para garantir sua eficácia;
- V. Políticas públicas setoriais, como as de saúde e educação, são exemplos de políticas que atendem a necessidades específicas de determinados grupos ou áreas da sociedade.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

**Questão 24**

Os contratos administrativos são instrumentos essenciais para a execução de políticas públicas e a realização de atividades de interesse coletivo. Sobre os contratos administrativos, analise as afirmativas.

- I. Os contratos administrativos são regidos exclusivamente pelo direito privado, não havendo aplicação de normas de direito público;
- II. Uma das características dos contratos administrativos é a possibilidade de a Administração Pública modificar unilateralmente o contrato, desde que respeite os limites legais e o interesse público;
- III. Os contratos administrativos podem ser classificados em espécies como contrato de obra pública, contrato de serviço, contrato de fornecimento e contrato de gestão;
- IV. As cláusulas exorbitantes são aquelas que conferem à Administração Pública prerrogativas especiais, como a faculdade de rescindir o contrato por motivos de interesse público;
- V. A duração dos contratos administrativos é sempre indeterminada, podendo ser prorrogada ou renovada indefinidamente, conforme a conveniência da Administração.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas IV e V estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

**Questão 25**

Os princípios da Administração Pública são fundamentais para orientar a atuação dos agentes públicos e garantir a conformidade das ações administrativas com os valores constitucionais.

Qual o princípio estabelece que o administrador público deve agir estritamente de acordo com a lei, não podendo praticar atos que não estejam autorizados por normas legais?

- (A) Improbidade.
- (B) Eficiência.
- (C) Moralidade.
- (D) Legalidade.
- (E) Universalidade.

**Questão 26**

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), garante transparência e o direito de acesso a informações públicas.

O Art. 7º da referida entre outros direitos assegura o acesso a informações pertinentes sobre licitações, contratos administrativos e a utilização de recursos públicos, incluindo dados sobre:

- (A) a proteção de informação subjetiva.
- (B) condições inapropriadas de órgãos públicos e privados.
- (C) protocolos de documentos e requerimentos externos.
- (D) a tramitação de documentos de importação pública.
- (E) a administração do patrimônio público.

**Questão 27**

Prevê o Art. 51, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura que a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida:

- (A) pela Câmara Municipal, por meio do controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo Municipal.
- (B) pelos cidadãos, por meio de audiências públicas obrigatórias e pelas organizações da sociedade civil municipais.
- (C) pelas organizações não governamentais municipais, por meio de audiências públicas obrigatórias e pelo prefeito municipal.
- (D) pelos sistemas de controle externo da Administração Municipal e Estadual.
- (E) pelo Prefeito Municipal e seu secretariado, através de audiências na Câmara Legislativa Municipal.

**Questão 28**

O processo licitatório é um procedimento \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ que visa garantir a contratação mais vantajosa para a Administração Pública, promovendo concorrência \_\_\_\_\_ e evitando irregularidades.

Conforme a legislação referente ao processo de licitação, as lacunas devem ser corretamente preenchidas por:

- (A) secreto – causal – justa
- (B) transparente – isonômico – justa
- (C) dissimulado – parcial – arbitrária
- (D) transparente – causal – arbitrária
- (E) secreto – isonômico – justa

**Questão 29**

De acordo com o Art. 33 da Lei de Acesso à Informação, a pessoa física ou entidade privada que detiver informações devido a vínculo com o poder público e descumprir as disposições legais estará sujeita a sanções.

Sobre essas sanções, assinale a alternativa correta.

- (A) A Advertência pode ser aplicada como penalidade, após negado o direito de defesa do interessado.
- (B) A declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a administração pública é uma sanção.
- (C) A suspensão temporária para participar de licitações pode ser de até 2 anos.
- (D) A reabilitação para contratar com a administração pública ocorre automaticamente após 2 anos.
- (E) A aplicação de qualquer sanção é de competência exclusiva do Ministério Público.

**Questão 30**

De acordo com o Código Penal, os crimes praticados pelo funcionário público contra a Administração Pública incluem diversas condutas ilícitas.

Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a um desses crimes.

- (A) Peculato.
- (B) Corrupção passiva.
- (C) Prevaricação.
- (D) Feminicídio.
- (E) Vantagem indevida.

## **HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA**

**Questão 31**

Na década de 1970, durante a ditadura militar, a Amazônia foi aberta para a acumulação de capital, com investimentos em infraestrutura que transformaram seu território. A colonização agrícola, a migração e a abertura de estradas foram essenciais para a mudança do Território Federal de Rondônia.

O INCRA - (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) denominou os pequenos proprietários como colonos, posteriormente chamados de camponeses e, nos anos 1990, de:

- (A) agricultores familiares.
- (B) população quilombola.
- (C) população ribeirinha.
- (D) beneficiários da reforma agrária.
- (E) indígenas.

**Questão 32**

Em Rondônia a produção de café passou por quatro fases: 1) Territorialização do migrante (1970-1990), 2) Afirmação da cafeicultura (1990-2001), 3) Desaceleração (2001-2010) e 4) Modernização com avanços técnicos desde 2010.

A cafeicultura é importante para a economia agrícola de Rondônia e desde 2010 essa relevância tem sido marcada pela modernização e uso de tecnologia, impulsionados por:

- (A) iniciativas dos pequenos agricultores.
- (B) ações políticas para fortalecer a produção.
- (C) localizações privilegiadas em terras produtivas.
- (D) ser a produção mais lucrativa.
- (E) ser uma lavoura que exige poucos investimentos.

**Questão 33**

A partir da década de 1990, a estrutura agrária de Rondônia passou por mudanças, com a intensificação da pecuária, levando à conversão da agricultura para a pecuária extensiva.

Contudo, a partir de 1997, Rondônia experimentou uma nova configuração espacial que teve um impacto significativo no crescimento de sua economia, através da implantação experimental em áreas tropicais do estado de lavouras de:

- (A) algodão.
- (B) laranja.
- (C) soja.
- (D) banana.
- (E) uva.

**Questão 34**

A ocupação do espaço em Rondônia ocorreu por meio de diferentes processos ao longo do tempo. Analise as afirmativas abaixo e marque (V) para verdadeiro e (F) para falso.

- ( ) A ocupação de Rondônia foi impulsionada pela migração e pelos projetos de colonização agrícola;
- ( ) A expansão da pecuária em Rondônia ocorreu sem impactos ambientais, mantendo a vegetação nativa preservada;
- ( ) A construção de estradas foi um fator essencial para a integração econômica e territorial do estado;
- ( ) A modernização da agricultura e a introdução de novas lavouras contribuíram para a diversificação produtiva do estado.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – F – V – F
- (B) V – V – V – V
- (C) F – F – V – V
- (D) V – F – V – V
- (E) V – F – F – F



**Questão 35**

O estado de Rondônia apresenta uma dinâmica territorial influenciada por diversos fatores naturais e antrópicos. Considerando os elementos físicos e humanos que moldam sua paisagem e seu desenvolvimento socioeconômico, analise as afirmativas abaixo.

- I. O relevo de Rondônia é caracterizado predominantemente por planaltos e depressões, com áreas suavemente onduladas, favorecendo atividades agropecuárias;
- II. A vegetação original do estado faz parte do bioma Amazônia, mas sofreu intensa degradação devido ao avanço do extrativismo e da agropecuária;
- III. O clima equatorial úmido garante alta disponibilidade hídrica ao estado, porém o desmatamento tem impactado o regime de chuvas e a qualidade do solo;
- IV. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) de Rondônia busca desequilibrar o desenvolvimento econômico e preservação ambiental, estabelecendo diretrizes para o uso sustentável dos recursos forçados.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.  
(B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.  
(C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.  
(D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.  
(E) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Questão 36**

A Constituição Federal de 1988 e a legislação infraconstitucional estabelecem os instrumentos de planejamento orçamentário que orientam a ação do Estado: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Acerca desses instrumentos, analise as afirmativas e assinale V (verdadeiro) e F (falso).

( ) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios de limitação de empenho e normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos públicos.

( ) A Lei Orçamentária Anual, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, é responsável por estabelecer as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro seguinte.

( ) A Lei de Diretrizes Orçamentárias possui vigência plurianual e estabelece metas físicas e financeiras de todos os programas constantes no Plano Plurianual.

( ) O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – F – F – V  
(B) V – F – V – V  
(C) F – F – V – V  
(D) F – V – F – F  
(E) V – V – F – F

**Questão 37**

Em relação ao Controle Interno no âmbito da Administração Pública, analise as alternativas abaixo e assinale a única correta, conforme os dispositivos constitucionais, legais e os princípios da administração pública.

- (A) O controle interno tem por finalidade verificar apenas os aspectos contábeis das ações governamentais, não sendo responsável por apoiar o controle externo ou avaliar os resultados da gestão pública e subordinar-se ao Tribunal de Contas, com a função de fiscalizar os atos administrativos de forma autônoma.
- (B) O sistema de controle interno deve ser mantido por todos os Poderes da União, de forma integrada, com o objetivo de avaliar a execução orçamentária, financeira e patrimonial, apoiar o controle externo e assegurar a conformidade dos atos com os princípios da administração pública.
- (C) O controle interno visa com exclusividade à apuração de ilícitos e responsabilização de agentes públicos, sem função de orientação preventiva e atua independentemente do controle externo, não havendo relação de cooperação entre ambos.
- (D) O controle interno é um instrumento exclusivo da Controladoria-Geral da União e não pode ser implementado nos demais entes federativos e suas atividades de controle interno são exercidas de forma corretiva, sendo vedado o caráter preventivo em razão da separação dos poderes.
- (E) A atuação do controle interno está limitada à verificação contábil e financeira, não se estendendo a aspectos de economicidade e legalidade dos atos administrativos e é exercido apenas no Poder Executivo, uma vez que os demais Poderes não possuem obrigações constitucionais nesse sentido.

**Questão 38**

De acordo com o art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- (A) A instituição de tributos municipais é facultativa, sendo opcional ao ente federativo decidir sobre sua criação e arrecadação, sem qualquer sanção por abstenção.
- (B) O descumprimento do art. 11 gera apenas advertência ao ente inadimplente, sem qualquer consequência prática sobre transferências.
- (C) É vedado ao ente federativo receber transferências voluntárias se não instituir, prever e arrecadar todos os tributos de sua competência constitucional.
- (D) A União está dispensada do cumprimento do art. 11, pois sua competência tributária é mais ampla que a dos demais entes federativos.
- (E) A restrição do parágrafo único aplica-se também às transferências constitucionais, como o FPM e o FPE, em caso de inadimplência tributária.

**Questão 39**

Com base no art. 19 da Lei nº 947/2000 que disciplina o regime tributário de Rolim de Moura, assinale alternativa correta sobre os encargos por atraso no pagamento de IPTU.

- (A) O percentual da multa varia conforme o tipo de tributo, podendo chegar a 10% para impostos especiais como o IPTU.
- (B) A multa de mora é fixada em 5% do valor do tributo e os juros de mora são calculados pelo sistema de juros compostos, capitalizados diariamente.
- (C) Os encargos moratórios não se aplicam a tributos com valor inferior a 100 UFIRs e os juros de mora são calculados à taxa SELIC, acrescida de 1% ao mês.
- (D) O devedor pagará multa de 2% sobre o valor do tributo, mais juros de 1% ao mês, contados do dia seguinte ao vencimento até a data do pagamento.
- (E) O contribuinte que atrasar o pagamento ficará sujeito apenas à multa, apenas após 30 dias de atraso, com taxa progressiva que dobra a cada mês.

**Questão 40**

De acordo com art. 9º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- (A) O serviço de informações ao cidadão deve ser implementado apenas nos órgãos da administração direta, em locais sem necessidade de infraestrutura específica.
- (B) O atendimento ao cidadão nos serviços de informação deve limitar-se ao fornecimento de dados brutos, sem orientação sobre procedimentos ou tramitação documental.
- (C) A lei estabelece que a divulgação de informações deve ser feita exclusivamente por meio de portais eletrônicos, sem previsão de outros mecanismos.
- (D) Os órgãos públicos podem cobrar taxas pelo serviço de orientação ao cidadão quanto ao acesso às informações.
- (E) Os órgãos públicos devem manter serviço especializado para orientar cidadãos, informar sobre tramitação documental e protocolizar requerimentos, além de adotar mecanismos de participação popular.

**Questão 41**

De acordo com o art. 53 da Lei Orgânica Municipal analise as afirmativas e assinale a alternativa correta sobre as atribuições do sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal.

- (A) Compete ao controle interno municipal assegurar condições para o controle externo, acompanhar programas orçamentários, avaliar resultados gerenciais e fiscalizar a execução contratual.
- (B) O controle interno municipal deve ser centralizado no Gabinete do Prefeito, sem necessidade de estrutura técnica independente.
- (C) A fiscalização de contratos administrativos pelo controle interno limita-se aos aspectos formais, não abrangendo a análise da execução física ou financeira.
- (D) O controle interno municipal tem como função principal substituir o trabalho do Tribunal de Contas, realizando auditorias independentes sem vinculação com o controle externo.
- (E) Cabe ao controle interno apenas verificar a legalidade dos atos de pessoal, sem qualquer ingerência sobre a execução orçamentária ou contratos administrativos.

**Questão 42**

De acordo com a Lei de Licitação nº 14.133/2021, analise as afirmativas abaixo.

- I- Órgão é unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública.
- II- Administração é órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua.
- III- Licitante é pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas físicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.
- IV- Bens e serviços especiais são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

**Questão 43**

Concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser de algumas formas, exceto uma.

Analise as afirmativas e assinale a alternativa que **NÃO** está abrangida pela Concorrência.

- (A) Melhor preço.
- (B) Melhor técnica ou conteúdo artístico.
- (C) Técnica e preço.
- (D) Maior desconto.
- (E) Maior repercussão e conhecimento.

**Questão 44**

Quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- (A) O Tribunal de Contas da União, integrado por 7 ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território distrital, exercendo no que couber, as suas atribuições.
- (B) Os ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre os brasileiros que satisfaçam os requisitos de terem mais de 35 anos e menos de 60 anos, idoneidade moral e reputação ilibada e notórios conhecimentos jurídicos contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- (C) Os ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal de Justiça, aplicando-a eles, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.
- (D) O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Estadual.
- (E) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

**Questão 45**

O controle social é um mecanismo essencial para o fortalecimento da democracia e da cidadania, permitindo que a sociedade participe ativamente da gestão pública.

Nesse contexto, qual das alternativas abaixo melhor define o papel do controle social na administração pública?

- (A) O controle social restringe-se à fiscalização realizada por órgãos governamentais, sem participação popular.
- (B) É um instrumento de participação democrática que permite aos cidadãos acompanharem e influenciar políticas públicas.
- (C) Limita-se à realização de audiências públicas esporádicas, sem mecanismos permanentes de acompanhamento.
- (D) Consiste na substituição do controle interno pelo acompanhamento direto da população nas ações estatais.
- (E) Funciona apenas em regimes autoritários, onde o Estado centraliza todas as formas de fiscalização.

**Questão 46**

Em relação ao Controle Interno no âmbito da Administração Pública, analise as alternativas abaixo e assinale a única correta, conforme os dispositivos constitucionais, legais e os princípios da administração pública.

- (A) Todos os Poderes da União devem manter sistema de controle interno integrado para avaliar a gestão pública, apoiar o controle externo e assegurar conformidade com os princípios constitucionais.
- (B) O sistema de controle interno deve ser subordinado ao Tribunal de Contas, com a função principal de fiscalizar os atos administrativos de forma autônoma e independente do gestor público.
- (C) O controle interno é mecanismo exclusivo da Controladoria-Geral da União, não sendo possível sua implementação nos entes subnacionais por ausência de competência constitucional específica.
- (D) O controle interno se limita à fiscalização da execução orçamentária e financeira, sendo vedada sua atuação sobre aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos.
- (E) A atuação do controle interno restringe-se à apuração de ilícitos administrativos, não englobando atividades preventivas nem orientação aos gestores sobre boas práticas de governança.

**Questão 47**

Com base na legislação vigente, nos princípios da Administração Pública e nas boas práticas de governança, assinale a alternativa que corretamente descreve o papel das ouvidorias públicas e dos canais de denúncia no contexto do controle interno.

- (A) As ouvidorias públicas fortalecem o controle social, promovem a transparência e contribuem para a melhoria da gestão ao acolher manifestações da sociedade.
- (B) É vedada à ouvidoria a interlocução com os órgãos de controle interno e externo, a fim de preservar a imparcialidade e a confidencialidade das manifestações recebidas.
- (C) Os canais de denúncia devem garantir anonimato absoluto, inclusive perante os órgãos de controle, sendo vedado qualquer tipo de investigação que identifique o autor da manifestação.
- (D) A atividade de ouvidoria limita-se ao registro formal das reclamações, sem que haja necessidade de análise técnica ou encaminhamento para apuração pelos setores competentes.
- (E) As ouvidorias públicas atuam de forma independente dos sistemas de controle interno e externo, sendo responsáveis pela apuração e punição de irregularidades administrativas no serviço público.

**Questão 48**

De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público e as diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU), qual princípio deve guiar as ações do Controlador Interno na fiscalização de recursos públicos, garantindo a integridade da gestão?

- (A) Priorização de metas institucionais mesmo em desacordo com a legislação vigente.
- (B) Favorecimento de setores estratégicos para otimizar resultados governamentais.
- (C) Imparcialidade na apuração de fatos, sem influência de hierarquia ou interesses.
- (D) Uso de informações privilegiadas para antecipar correções em processos internos.
- (E) Flexibilização de normas em casos excepcionais para agilizar processos.

**Questão 49**

Ao elaborar um plano de ação para mitigar riscos de fraude em licitações públicas, qual estratégia deve ser priorizada pelo Controlador Interno para garantir efetividade, conformidade legal e sustentabilidade dos resultados?

- (A) Reduzir prazos de análise para acelerar processos, mesmo sem checagem integral.
- (B) Terceirizar a fiscalização para empresas externas sem auditoria prévia dos contratados.
- (C) Padronizar critérios de avaliação com matriz de riscos e indicadores de monitoramento contínuo.
- (D) Limitar ações corretivas a advertências verbais para preservar relações institucionais.
- (E) Concentrar decisões na alta direção sem compartilhar informações com as equipes técnicas.

**Questão 50**

A Tecnologia da Informação (TI) tem papel estratégico na atuação do controle interno, especialmente na promoção da transparência, integridade dos dados e rastreabilidade dos processos administrativos.

Com base nessa premissa, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- (A) O controle interno não deve utilizar Business Intelligence, pois os dados gerados por esses sistemas não são confiáveis para auditorias.
- (B) A computação em nuvem impede a rastreabilidade das informações, dificultando o monitoramento da execução orçamentária e financeira.
- (C) A descentralização dos dados é uma prática ideal para o controle interno, pois permite maior autonomia dos órgãos sem supervisão centralizada.
- (D) O uso de sistemas informatizados de gestão permite maior eficácia na detecção de inconsistências, facilitando a auditoria preventiva e a transparência.
- (E) O uso de tecnologias de segurança da informação é irrelevante no controle interno, uma vez que o acesso é restrito aos servidores públicos.